

POLÍTICA DE PRIVACIDADE – FAEPAR/BANCO DO POVO

Última atualização: 21 de maio de 2021.

Bem-vindo (a)! Obrigado por utilizar o **Banco do Povo Digital!**

INTRODUÇÃO

O **Banco do Povo Digital** está empenhado no respeito total a você cliente (“Titular de Dados”) e nos preocupamos com a privacidade e segurança dos dados pessoais que você nos confia, por isso é importante que você saiba como utilizamos essas informações.

Para sua navegação no site/aplicativo do Banco do Povo Digital e para podermos oferecer nossos serviços precisamos ter acesso a algumas informações sobre você (“Dados Pessoais”).

É importante que você leia com atenção a nossa Política de Privacidade (“Política”) e se manifeste concordando com as informações previstas neste documento.

Informamos não ser possível ofertar nossos serviços sem acesso aos seus Dados Pessoais, sendo assim, o tratamento dessas informações é condição para que você ter acesso aos nossos serviços.

Nesta Política você encontrará de forma clara e acessível, quais Dados são coletados e tratados, para quais finalidades se destinam, com quem são compartilhados, quais formas você cliente pode exercer seus direitos sobre seus Dados Pessoais entre outras.

Esta Política está em conformidade com a Lei 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), adotamos medidas administrativas e tecnológicas para cumprir com a nova legislação.

A ACEITAÇÃO DA NOSSA POLÍTICA SERÁ FEITA QUANDO VOCÊ ACESSAR OU USAR O SITE/APLICATIVO DO BANCO DO POVO DIGITAL. ISSO INDICARÁ QUE VOCÊ ESTÁ CIENTE E EM TOTAL ACORDO COM A FORMA COMO UTILIZAREMOS AS SUAS INFORMAÇÕES E SEUS DADOS.

Esta Política está dividida da seguinte forma para facilitar a sua compreensão:

- 1. QUAIS INFORMAÇÕES COLETAMOS E TRATAMOS.**
- 2. COMO USAMOS SUAS INFORMAÇÕES.**
- 3. IDENTIFICAÇÃO E CONTATO.**
- 4. COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES.**
- 5. RESPONSABILIDADES DO TITULAR DE DADOS.**
- 6. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS.**

7. SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES.

8. ATUALIZAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE.

9. LEI APLICÁVEL.

Este documento deve ser lido em conjunto com os Termos de Uso (<https://bancodopovodigital.org.br/termos-de-uso.html>) e Política de Cookies (<https://bancodopovodigital.org.br/politica-de-cookies.html>), que contém informações sobre nossa plataforma.

Caso restem dúvidas ou necessite tratar de qualquer outro assunto relacionado a esta Política, entre em contato por nossos canais:

JOSÉ ARNALDO CAMPOS LUNA, Encarregado de Proteção de Dados através do e-mail arnaldo@bancodopovoderondonia.org.br.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS “ –LGPD”

O Banco do Povo Digital está buscando a conformidade com a nova Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD, que entrou em vigor em 18 de setembro de 2020.

Todos os usuários registrados no nosso site/aplicativo podem ter acesso aos seus dados pessoais por meio de requerimento expresso do Titular.

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, por meio físico ou digital, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A lei estabelece hipóteses que autorizam o tratamento de dados (previsto no artigo 7º). Algumas dessas hipóteses autorizam o Banco do Povo Digital a coletar e tratar seus dados independentemente de seu consentimento, em outros casos somos legalmente obrigados a buscar a sua devida autorização.

Como forma de garantir a conformidade com a LGPD, o Banco do Povo Digital compromete-se a:

- Designar Responsáveis pela Proteção de Dados (“Encarregado”), nos termos do art. 41 da lei;
- Possibilitar que o titular de dados tenha acesso e resposta as suas requisições.
- Dentre outras que se fizerem necessárias para total conformidade.

1. QUAIS INFORMAÇÕES COLETAMOS E TRATAMOS.

O Banco do Povo Digital recolhe informações quando:

- Você acessa nosso site/aplicativo.
- Você diretamente nos fornece informações, por cadastro, contatos em nossos canais de atendimento.
- Analisamos seus Dados Pessoais de fontes legítimas e segundo a lei.

- Analisamos seus Dados Pessoais para a concessão de uma de nossas linhas de crédito.

O Banco do Povo Digital coleta os seguintes tipos de informações:

1.1 Informações fornecidas por você.

- **Dados pessoais.** Quando você se cadastra no site/aplicativo do Banco do Povo Digital, você nos fornece as seguintes informações para prestação de serviços: Data, hora de acesso, nome completo, CPF, RG (Órgão Expedidor e Unidade da Federação), telefone, endereço de e-mail, cidade e atividade profissional que você desempenha, CNPJ e Nome da Empresa.

- **Informações de autenticação:** De modo a garantir um ambiente mais seguro, solicitamos que você nos forneça no primeiro acesso informações de identificação e autenticação por SMS enviado para o seu número de telefone cadastrado. Serão aceitos apenas telefones com DDD 69 (Rondônia).

1.2 Informações quando você utiliza nossos serviços.

- **Registros de Acesso.** O Banco do Povo Digital coleta de forma automática os registros de acesso a aplicações, que é o conjunto de informações referentes à data, hora de acesso e término de acesso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP (*Internet Protocol*) utilizados para acessar o Banco do Povo Digital. Esses dados são de coleta obrigatória, segundo a Lei 12.965/2014 denominada Marco Civil da Internet, mas somente serão fornecidos para terceiros com a sua autorização expressa ou por ação judicial. Esses dados são mantidos por, no mínimo, 6 (seis) meses.

- **Dados de Uso.** Coletamos dados sobre seus contatos com o Banco do Povo, como sua navegação, as páginas ou outro conteúdo que você acessa ou cria, suas buscas e outras ações.

- **Características do equipamento.** O Banco do Povo Digital coleta automaticamente, dados sobre as características do seu aparelho, qual sistema operacional utilizado, versão em uso, informações de *hardware*, idioma e sinal de internet.

- **Cookies e tecnologias semelhantes.** O Banco do Povo Digital utiliza *cookies* (<https://bancodopovodigital.org.br/politica-de-cookies.html>), que são arquivos de texto criados e armazenados no seu navegador ou aparelho por sites e aplicativos. Os *cookies* permitem que algumas funcionalidades do Banco do Povo Digital funcionem mais adequadamente, facilitando a navegação e a identificação do usuário, como por exemplo no cadastro, login e permissões preenchidos automaticamente.

1.3 Informações de terceiros.

Dados coletados de outras plataformas. O Banco do Povo Digital poderá comunicar-se com outras instituições e serviços. Esses serviços podem fornecer dados complementares sobre você, ou confirmar as informações que você nos enviou, os quais tem por objetivo lhe oferecer uma melhor resposta de seus pedidos.

Portanto, você fica ciente que o Banco do Povo Digital realize consultas em instituições públicas ou privadas, empresas antifraude e todas instituições que se fizerem necessárias.

1.4 Veracidade dos Dados.

Você se responsabiliza pela veracidade de todas as informações fornecidas por você ao Banco do Povo Digital. O cadastro de dados pessoais de terceiros estará sujeito a sanções penais de: falsidade ideológica ou estelionato, nos termos do Decreto Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal Brasileiro) e legislações correlatas.

2. COMO USAMOS SUAS INFORMAÇÕES

Prezamos pela sua confiança ao buscar o Banco do Povo Digital, por isso as suas informações são tratadas como confidenciais e serão usadas e compartilhadas somente para as finalidades aqui descritas, especialmente para que você possa utilizar o Banco do Povo Digital de modo seguro e com a melhor experiência como cliente.

Adotamos como base legal as hipóteses previstas no art. 7º, incisos, II, V, VI e X, da LGPD, respectivamente:

- II - para o **cumprimento de obrigação legal ou regulatória** pelo controlador;
- V - quando necessário para a **execução de contrato** ou de **procedimentos preliminares relacionados a contrato** do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;
- VI - para o **exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral**, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- X - para a **proteção do crédito**, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

2.1 Formas tratamento de dados permitidos.

- Possibilitar que você acesse e utilize as funcionalidades do Banco do Povo Digital.
- Realização do seu cadastro e atualização (quando necessário).
- Realização de identificação e autenticação.
- Confirmar a autenticidade das informações e documentos fornecidos por você, inclusive comparando a dados coletados de outras fontes.
- Análise de pedidos de serviços, anteriores à contratação.
- Proceder à análise e gerenciamento de crédito para possível concessão de pedidos feitos junto ao Banco do Povo Digital.
- Contratação e prestação dos serviços.
- Cumprimento das obrigações contratuais.
- Nos comunicar com você sobre produtos, serviços, notícias, atualizações e outros assuntos que você possa ter interesse.
- Compartilhar informações com os parceiros do Banco do Povo Digital.
- Detecção e prevenção de fraudes, spam e incidentes de segurança;
- Proceder cobranças, extrajudicial ou judicial.
- Cumprir determinações judiciais ou de outras autoridades.
- Compartilhar informações com autoridades governamentais a fim de possibilitar acesso à informação.
- Proceder auditorias internas e externas.
- Enviar a você mensagens a respeito dos serviços, como alertas, notificações e atualizações.

- Esclarecer dúvidas e receber reclamações.
- Para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias.
- Análise, manutenção e aperfeiçoamento das medidas de segurança do site/aplicativo do Banco do Povo Digital
- Para qualquer fim que você autorizar no momento da coleta de dados.

Porventura, podemos utilizar seus dados para finalidades diferentes das previstas nesta Política, mas estas estarão sempre dentro das suas legítimas expectativas. **O uso ocasional dos seus dados para finalidades que não satisfaçam com essa prerrogativa será feito através de sua autorização prévia.**

2.2 Duração do Tratamento dos dados e Exclusão dos dados

O Banco do Povo Digital guarda as informações coletadas pelo período que se fizer necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato, bem como para o cumprimento a obrigações legais.

Portanto, os seus dados serão utilizados durante o período de validade do Contrato firmado entre o Banco do Povo Digital e você Titular de Dados. Após a total quitação da linha de crédito acordada no Contrato nos resguardamos no direito de manter os seus dados por 5 (cinco) anos (nos termos do art. 206, § 5º, do Código Civil, Lei 10.406/2002). A guarda dos seus dados por período superior aos 5 (cinco) anos, somente poderá ocorrer com sua expressa anuência.

2.3 Monitoramento

O Banco do Povo Digital se reserva no direito de monitorar toda a plataforma, principalmente para assegurar que as regras descritas em nossa Política e Termos de Uso estão sendo observadas, ou ainda se não há violação ou abuso das leis aplicáveis.

3. IDENTIFICAÇÃO E CONTATO.

O Banco do Povo Digital (FUNDO DE APOIO AO EMPREENDIMENTO POPULAR DE ARIQUEMES – FAEPAR) está localizado no endereço:

- Travessa Aquariquara, nº 3668, Bairro Institucional, CEP 76.872-856, Ariquemes, Rondônia.
- Telefones para contato: (69) 3535-2596, (69) 3536-3151, (69) 3536-6409
- E-mail para contato: faepar@bancodopovoderondonia.org.br

Em relação ao tratamento de seus dados pessoais, o Banco do Povo Digital atua como “Controlador”, nos termos da Lei 13.709/2018 (“LGPD”):

Art. 5º, inciso VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

3.1 Identificação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Em conformidade com o artigo 41 da LGPD e sobre os demais assuntos relacionados à Lei de Proteção de Dados você pode entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados:

JOSÉ ARNALDO CAMPOS LUNA, Encarregado de Proteção de Dados.

E-mail lgpd@bancodopovoderondonia.org.br, fazendo constar no assunto do e-mail “**LGPD - Dados Pessoais**” bem como explicar no corpo do e-mail qual dos direitos deseja exercer.

4. COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES

O Banco do Povo Digital pode eventualmente compartilhar os seus dados com os terceiros a seguir indicados, que agem como agentes de crédito, prestadores de serviços e fornecedores contratados. Estes possuem a estrita finalidade de auxiliar na realização de nossas atividades profissionais, eles são denominados “**Operadores**”, nos termos da LGPD:

Art. 5º, inciso VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Portanto, os Operadores somente atuam nos limites determinados pelo Banco do Povo Digital.

Conheça os parceiros com quem compartilhamos informações, na lista a seguir:

- Altatec Informática, CNPJ 19.784.459/0001-51.
- Associação Comércio e Indústria de Ariquemes (ACIA), CNPJ 04.803.706/0001-42.
- Associação Comercial e Industrial de Jarú (ACIJ), CNPJ 14.584.973/0001-20.
- CredCheck Comercio E Serviços De Informática Ltda., CNPJ 08.663.497/0001-30.
- CredConsult Corretora de Seguros e Consultoria em Gestão de Cooperativas LTDA., CNPJ 06.097.486/0001-04.
- Decla Tecnologia Ltda, CNPJ 12.309.029/0001-39.
- Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A, CNPJ 33.608.308/0001-72.
- Oliveira Gomes Gonçalves Advocacia.
- Real Assessoria Contábil, CNPJ 14.804.299/0001-41.
- Banco do Brasil, CNPJ 00.000.000/1380-37.
- CrediSIS CrediAri, CNPJ 03.222.753/0001-30.
- SICOOB, CNPJ 08.044.854/0009-39.
- Superintendência Estadual de Desenvolvimento e Infraestrutura – SEDI, Governo do Estado de Rondônia, CNPJ 23.059.866/0001-73.

Compartilhamos os seus dados para:

- Oferecer os serviços que disponibilizamos.
- Intermediação de contratos dos serviços, incluindo a análise de crédito, risco e prevenção à fraude.
- Cumprimento de obrigações legais e regulatórias.
- Realização de cobranças em caso de inadimplemento.

- Inscrição em cadastros de inadimplemento.

Eventualmente podemos compartilhar suas informações com autoridades judiciais, policiais, do governo ou outros que sejamos obrigados por lei ou ordem judicial, para:

- Cumprir obrigações previstas em lei ou obrigações regulatórias.
- Atender ordem judicial.

5. RESPONSABILIDADES DO TITULAR DE DADOS.

O Banco do Povo Digital se esforça para que as informações confiadas a nós e os instrumentos oferecidos no site/aplicativo, estejam em conformidade com as exigências técnicas e legais exigidas, no entanto, não podemos garantir segurança total do site/aplicativo quanto a ações externas que possam vir a comprometê-los.

O Banco do Povo Digital não se responsabiliza, expressa ou tacitamente, pelo uso indevido das informações e dos instrumentos disponibilizados neste site/aplicativo, para quaisquer fins alheios, feito por qualquer usuário, sendo de inteira responsabilidade deste, eventuais lesões a direito próprio ou de terceiros, causadas ou não pelo uso indevido.

Os recursos tecnológicos necessários para acessar este site ou aplicativo são de inteira e exclusiva responsabilidade do usuário.

O Banco do Povo Digital é empenhado em preservar e proteger os dados confiados por vocês clientes e usuários. Por isso buscamos as melhores ferramentas, soluções técnicas e processos, que são com frequência monitorados e atualizando, visando proteger as informações coletadas pelo site/aplicativo e tratadas pelo Banco do Povo Digital. Portanto, nos reservamos o direito de melhorar e atualizar este site/aplicativo, em razão das constantes ameaças e riscos de segurança que possam vir a ser detectados.

5.1 Propriedade Intelectual.

Todas as informações, imagens e documentos manuseados nas páginas deste site/aplicativo são de propriedade intelectual do Banco do Povo Digital, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas por terceiros.

5.2 Dados de menores de 18 (dezoito) anos.

Usuários menores de 18 (dezoito) anos não estão autorizados a se registrar para ter acesso aos serviços e produtos ofertados pelo Banco do Povo Digital.

Em nenhuma hipótese recebemos ou solicitamos dados pessoais de menores de 18 (dezoito) anos. E o cadastramento indevido está sujeito ao cancelamento e exclusão da conta.

6. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados, o titular de dados tem direito de obter do Controlador (o Banco do Povo Digital) os dados por ele tratados, podendo ser requerido expressamente pelo titular (<https://bancodopovodigital.org.br/requisicao-lgpd>) ou seu representante legal constituído, a qualquer momento.

Você sempre poderá escolher por não compartilhar seus dados conosco, mas atente-se ao fato de que esses dados são necessários para utilizar os nossos serviços, tanto no site quanto no aplicativo. Apesar disso, você sempre possuirá direitos relativos à proteção de suas informações pessoais.

A seguir reunimos os direitos que você possui, observando as leis brasileiras que tratam da proteção de dados e demais legislações correlatas, os quais:

6.1 Direito de confirmação da existência de tratamento de dados.

Permite que você, Titular de Dados, entre em contato com o Banco do Povo Digital por meio de nossos canais de atendimento, e confirme a existência de tratamento de seus Dados Pessoais.

6.2 Direito de acesso.

Tendo a confirmação do tratamento de seus dados, é possível que você requeira e receba cópia dos dados que possuímos sobre você.

6.3 Direito de correção.

Este direito possibilita que você requeira a correção dos dados incompletos, inexatos ou desatualizados a seu respeito.

6.4 Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação dos dados desnecessários.

Este direito possibilita que você requeira nas seguintes hipóteses:

(a) a anonimização - utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

(b) o bloqueio - suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.

(c) a eliminação - exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

Esses procedimentos ocorrem em relação aos dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o previsto na LGPD.

Em todos os casos o Banco do Povo Digital se reserva no direito de análise dos pedidos, e na hipótese de não podermos, por motivos legais ou técnicos, atender o seu pedido, informaremos as razões de impedimento.

6.5 Direito de exclusão.

Os seus dados serão excluídos de nosso banco de dados, quando:

- Verificarmos que as finalidades foram alcançadas, quando os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade almejada;

- Chegar ao fim o período de tratamento;
- O Titular de Dados requeira exclusão das informações tratadas, desde que eles assumam a base legal do Consentimento (Art. 7º, inciso I, LGPD).
- Por determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) na hipótese de violações à LGPD.

O Banco do Povo Digital se reserva no direito de manter os dados dos titulares quando houver qualquer outro motivo para a sua conservação, como por exemplo, quando necessário para execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados ao contrato, uma obrigação legal de retenção de dados ou a necessidade de preservação destes para resguardo de direitos do Banco do Povo Digital.

6.6 Direito de receber informações de compartilhamento com terceiros.

Você também tem o direito de requerer informações sobre quais entidades públicas e privadas que o Banco do Povo realizou o compartilhamento de dados.

6.7 Direito de não fornecer consentimento e de retirar o seu consentimento.

Você possui o direito de receber informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências dessa negativa. Bem como você pode também revogar o consentimento outrora dado (nos termos do art. 8º, § 5º, LGPD).

Retirar o seu consentimento não afetará a legalidade de qualquer processamento realizado anteriormente.

Atente-se ao fato de que, se você retirar o seu consentimento, talvez não possamos fornecer determinados serviços, como o nos comunicar com você sobre produtos, serviços, notícias, atualizações e outros assuntos que você possa ter interesse.

6.8 Direito de oposição ao processamento.

Você possui o direito de opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento da LGPD. Em certas situações, podemos comprovar que temos motivos legais para tratar seus dados, por exemplo quando forem essenciais para o fornecimento de nossos serviços.

6.9 Direito a revisão de decisões automatizadas.

Você possui o direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Você poderá exercer esses direitos e outros previstos nesta Política por meio de requerimento, de forma gratuita, para o nosso Encarregado de Proteção de Dados - **JOSÉ ARNALDO CAMPOS LUNA**, através do “**Formulário de Requisição de Direitos do Titular**” disponível em: <https://bancodopovodigital.org.br/requisicao-lgpd>.

Caso possua alguma dúvida sobre outras questões poderá entrar em contato com o Encarregado pelo e-mail: lgpd@bancodopovoderondonia.org.br; ou

Você também pode dirigir-se a sede do Banco do Povo (endereço anteriormente citado) e exercer seus direitos de requerimento pessoalmente.

Acrescentamos que, será necessário solicitar suas informações para auxiliar a confirmação da sua identidade e possibilitar seu direito de acesso aos dados requeridos, este é um padrão de segurança que adotamos para garantir que os dados pessoais não sejam fornecidos para pessoas que não tenham o direito de acesso. Também podemos contatá-lo para receber mais informações em relação ao seu requerimento, para respondê-lo da melhor maneira.

Estabelecemos o prazo de 5 (cinco) dias úteis para coletar todos os dados e responder aos pedidos dos nossos clientes. Se por ventura o seu requerimento for particularmente complexo ou tivermos muitos pedidos, esse prazo poderá ser estendido, mas sempre entraremos em contato para atualizar quanto ao seguimento do seu pedido.

Em caso de impossibilidade de adoção imediata das providências anteriormente citadas, o Banco do Povo enviará ao titular resposta que poderá conter:

- Comunicação que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou
- Indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

7. SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

Os seus Dados Pessoais são confidenciais, portanto estão armazenados em local de acesso restrito e somente as pessoas devidamente autorizadas possuirão acesso a eles. Também adotamos medidas administrativas, contratuais e eletrônicas para proteger seus dados. Todos os usos deverão estar de acordo com esta Política. Para tanto, o Banco do Povo Digital adotará todos os esforços possíveis para que seu ambiente de negócios esteja em segurança, assim como nossos sistemas e os seus dados pessoais.

O Banco do Povo Digital preza por sua privacidade, no entanto não somos capazes de garantir completamente que todas as informações e dados sobre você em nossos bancos de dados estarão livres de acessos não autorizados, especialmente quando há compartilhamento indevido das senhas de acesso ao nosso site/aplicativo, sendo assim, você é única e exclusivamente responsável por gerir e manter segura a sua senha, sendo proibido o compartilhamento desta com terceiros. Você compromete-se em informar o Banco do Povo Digital imediatamente, sobre qualquer uso indevido de sua senha e acessos a sua conta por terceiros não autorizados.

8. ATUALIZAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

O Banco do Povo Digital informa que essa Política poderá ser alterada sempre que necessário, para nos mantermos atualizados com os requisitos legais. Portanto orientamos que essa Política seja sempre lida a cada acesso ao nosso site/aplicativo.

Informamos no início deste documento a data da última atualização.

Na eventualidade de alterações relevantes que ensejem sua autorização, esta Política será publicada e você informado para novo consentimento.

9. LEI APLICÁVEL

Esta Política rege-se e deve ser interpretada segundo as leis da República Federativa do Brasil. Elege-se o foro da Comarca de Ariquemes, estado de Rondônia, como o competente para resolver qualquer questão que eventualmente origine-se da presente Política, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Última atualização: 21 de maio de 2021.